

DINÂMICA E EVOLUÇÃO DA PAISAGEM NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS

- BA

Evanildo Santos Cardoso
Prof. Adjunto da UFOB
evanildo@ufob.edu.br

Resumo

A pesquisa em questão traz a História do município de Barreiras marcada profundamente pela atividade comercial que atraiu muitos outros visitantes de diferentes regiões brasileiras. O comércio realizado via navegação pelo rio Grande ao longo do séc. XX definiu um posto importante na cidade como intermediária nas relações comerciais com outros centros urbanos. Atualmente, acredita Cardoso (2012) que nas últimas três décadas o município de Barreiras cresceu sua economia de forma extraordinária a partir da agricultura de exportação. Na evolução histórica do município de Barreiras destacamos três momentos que também estão presentes na pesquisa de Doutorado em Geografia da UFG. O texto apresenta a partir da emancipação do município de Angical em 1891 períodos que auxiliam a compreensão de eventos com natureza política e econômica responsáveis pela evolução da paisagem e das relações sociais e econômicas, a ponto de influenciarem a essência dos lugares. De fato, tanto as ações estatais quanto da força migratória e modernizadora oriunda da migração sulista, foram essenciais para a construção de outra paisagem ao final da década de 1970 e início da década de 1980, que se mantém renovada a partir do controle hegemônico do capital agroexportador deixando à margem as comunidades tradicionais do Oeste Baiano. Esse período atual é marcado pela busca por uma nova imagem na paisagem como produtora de riquezas e de oportunidades.

1º MOMENTO - O INÍCIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1891-1950- emancipação do município de Barreiras, extrativismo vegetal (látex), transporte fluvial por barcas, lavouras de subsistência, primeiras escolas e casas comerciais, pesca, aviação.

A economia regional estava baseada na pecuária extensiva das pastagens naturais do Cerrado, incipiente ainda, mas que complementava as atividades de subsistência como as lavouras de algodão, feijão, milho e mandioca. Essas condições estavam alinhadas com fenômenos estritamente voltados às condições coloniais e, muito menos, pela influência externa. O atual Oeste Baiano não possuía qualquer sustentação

histórica que o diferenciava em relação ao conjunto do sertão (FREITAS, *apud* BRANDÃO, 2009).

A expansão do território brasileiro e, em especial na Região Nordeste, foi profundamente marcada pela penetração do gado sertão adentro e motivado por outros interesses econômicos, tais como a mineração em Minas Gerais e a vontade política em unir o país. A expressão “rio dos Currais”, relativo ao rio São Francisco, remete a esse fator histórico e promotor da ocupação territorial do sertão brasileiro.

A pecuária como atividade impulsionadora da ocupação dos sertões “descobre” novos espaços para interiorizar a economia colonial. A apropriação de terras distantes do litoral teve dois caminhos: pelas estradas que saíam de Olinda e Salvador rumo ao sertão de dentro e ao sertão de fora e o próprio rio São Francisco. Esse período histórico também estudado por Barreira (1989), ao evidenciar a importância das estradas de boi em Goiás está registrado com uma forte característica:

“A onda civilizadora do final do séc.XIX, a primeira ocupação remonta às últimas décadas do século passado e início desse século. Provavelmente ela fez parte das correntes migratórias que se desenvolveram nas últimas décadas do século XIX, e que chegaram a Goiás provenientes do Maranhão, Pará, Bahia, Minas Gerais pela expansão do café.” (BARREIRA, 1989, p. 25).

Havia um circuito migratório entre Bahia e Goiás pela necessidade de migrar dos nordestinos em busca de trabalho nas lavras dos garimpos goianos, formando núcleos de povoamento, ao longo dessa fronteira, especialmente no Norte Goiano, limite entre os dois estados. A distância do litoral foi um dos fatores essenciais para estabelecer outras formas de dominação da terra no caminho do sertão.

A pecuária e a mineração, na chapada Diamantina e nos garimpos de Goiás, promoveram efetiva ocupação territorial e constituíram um poder econômico e político de uma sociedade que ainda necessitava de uma organização político-administrativa que, até o momento, estava sendo estabelecida pelas sesmarias.

Uma investigação de fatos históricos desenvolvida por Brandão (2009) envolve a ocupação do Oeste Baiano, no século XIX, e diz respeito à apropriação das terras como uma intenção clara da coroa portuguesa em ocupar as terras longínquas do litoral, uma vez que esse já se encontrava apropriado. A sesmaria foi o documento oficial que estendeu a produção de alimentos e a implantação da pecuária até as margens do rio São Francisco. Por outro lado, a criação de gado estava também associada à produção mineradora, introduzida no Brasil em grande escala a partir do século XVIII.

Nessas condições criou-se uma cisão entre a cultura do litoral e a do sertão. Esse último marcado profundamente pela sobrevivência e adaptação ao meio inóspito e pela diferença do isolamento na comunicação. Entre formas arcaicas marcadas pela devoção religiosa e pela moral, formou-se uma sociedade do sertão.

No sertão dos Gerais, ao final do século XIX, por volta de 1870, a produção de látex oriundo da mangabeira, árvore abundante no Cerrado, veio revolucionar as atividades econômicas regionais. Além desse produto foram descobertas no mesmo período histórico, o látex da seringueira na Região Norte e a maniçoba em Barra (BA). Quanto à mangabeira, essa existia em grande quantidade nos gerais, tal como o relato que Almeida, (2005) evidencia:

“Foi como uma corrida do ouro: sendo um produto de exportação com alto valor no comércio internacional, logo milhares de imigrantes vieram para Barreiras, a fim de produzirem e exportarem borracha. Fizeram suas casas, ao redor do porto onde deixavam suas famílias e iam para os gerais produzir a borracha, que traziam em tropas de burros, para exportar pelas barcas. Foi assim que surgiu o povoado de São João, chamado São João das Barreiras pelos goianos e depois apenas Barreiras.” (ALMEIDA, 2005, p. 22).

O processo de ocupação dessa região estava interligado à concessão de sesmarias, instrumento oficial da coroa portuguesa para a ocupação das terras do sertão. Com isso os povoados foram se estabelecendo e, com o ciclo da mineração no século XVIII, transformaram-se em vilas e cidades, principalmente àquelas caracterizadas por rios navegáveis como Juazeiro, Barra, Angical e Barreiras. Esse último, no ano 2000 perdeu parte de seu território com a criação do Município de Luís Eduardo Magalhães.

Até 1850, porém, a futura capital regional não passa de um agrupamento de 20 casebres de taipa. A ocupação dos Cerrados Baianos é lenta e rarefeita, mantendo-se até os anos de 1940-1950. Essa situação deve-se aos seguintes fatos: primeiro, o limitado dinamismo da economia baiana, o comércio decadente em Salvador e, no sul, o surto do cacau, e segundo, a ausência de atividades dinâmicas na região (SANTOS FILHO, M., 1989).

Até alcançar o posto de município, Barreiras conseguia se desenvolver devido ao fluxo de mercadorias que impulsionou uma dinâmica ao povoado, construindo, aos poucos, sua independência do município de Angical. Na investigação de Santos C.C. (2000):

“Barreiras, povoado situado no último porto navegável do Rio Grande, teve o seu desenvolvimento impulsionado, no século XIX pela produção da borracha extraída do látex da mangabeira. A grande abundância, nas matas

locais, da mangabeira, de cuja seiva se faz a borracha, foi o fator definitivo de crescimento de uma nova atividade econômica e a criação da freguesia em 1881.” (SANTOS, Clóvis, 2000, p. 41).

Nesse contexto socioeconômico, foram montadas as bases de uma economia regional que conjuntamente ao transporte de mercadorias, via porto, dinamizava a produção agrícola, bem como estreitava as relações comerciais e pessoais. De certa forma, a cidade de Barreiras estabelecia a polarização econômica, após ter se desmembrado do município de Angical, fator que influenciou ainda a formação de uma classe política local.

A situação geográfica às margens do rio Grande permitiu ao município de Barreiras alcançar um desenvolvimento maior do que outros municípios vizinhos. Era pelo porto de Barreiras que escoavam além da borracha da mangabeira, gêneros alimentícios e até ouro dos garimpos de Goiás.

Aos goianos, a proximidade com Barreiras era de vital importância para compra de mercadorias, tanto que foi construída uma ponte sobre o rio de Janeiro, afluente do rio Grande, para facilitar o transporte dos produtos adquiridos para aquela região.

Para Almeida (2005), desde o surgimento de Barreiras, foram se instalando comerciantes ao redor do porto, que adquiriam os produtos industrializados, vindos nas barcas, e os armazenavam em depósitos, para serem depois revendidos aos comerciantes menores da região. De Barreiras, as mercadorias tinham que seguir em tropas de burros em direção aos outros mercados.

Os obstáculos naturais não foram empecilhos à distribuição de mercadorias e à difusão das comunicações, papel que os tropeiros também realizavam quando viajavam entre cidades e estados. As longas distâncias entre os povoados, a densidade de rios, as chapadas e depressões, eram compensadas com os produtos e informações trazidas pelos barcos e tropeiros após dias de espera.

A região estava marcada pelas relações estabelecidas com outros estados do Brasil Central e menos com a capital Salvador. O comércio era realizado, após os barcos subirem o rio São Francisco, com povoados de Goiás, os do atual Tocantins, e ainda com a Amazônia. O isolamento dessa região em relação ao litoral é marcante até o final da década de 1950.

A imagem que hoje se apresenta na paisagem do município é a que estabelece como marca fundamental a produtividade dos solos do Cerrado e sua importância para a economia baiana e brasileira no contexto mundial do agronegócio. Os mapas, portanto,

foram reconfigurados a partir de uma lógica produtivista que comanda as ações dos capitais estrangeiros nas terras “improdutivas” do Cerrado Baiano. Os barcos, os carros de boi, desapareceram da paisagem, mas relembram outro tempo que permite costurar uma história permeada por conquistas e perdas.

O pequeno povoado, após conseguir o posto de município, ainda mantinha características socioeconômicas rurais. O comércio com outros centros movimentava o porto com a chegada de várias carroças e carros de boi. A Serra da Bandeira, a torre da igreja de São João e os barcos resgatam uma paisagem do passado.

Os membros das comunidades beiradeiras, nesse contexto, deslocavam-se para o porto em tropas de jegues, cavalos e carros de boi, esses carregados com produtos das roças: milho, feijão e mandioca. Os produtos eram comercializados com os donos de barcos e no retorno sempre os pequenos produtores traziam mercadorias que mais necessitavam como café, sal em barra e tecidos.

Essa interligação entre povoados e o porto congregava os pequenos agricultores em torno de um porto sem muita infraestrutura mas que suportava os vários barcos oriundos do baixo rio Grande e gerava uma dinâmica não somente comercial mas a expectativa pela chegada de parentes e amigos. O rio e os beiradeiros sempre tiveram destinos ligados. Foi uma fase importante para o município que está marcada na história e na vida daqueles que não esquecem o apito dos barcos e os encontros no velho cais.

Esse quadro é o resultado da persistência de formas da paisagem pretérita com novas funções, nas quais a herança cultural e histórica denuncia uma paisagem transtemporal. Tanto que a cidade de Barreiras para a força aérea americana foi um ponto estratégico para o abastecimento dos aviões durante a 2^a. Guerra Mundial com apoio do governo de Getúlio Vargas. A escolha tem como marco 1937 e o aeroporto, posteriormente, destinou-se à aviação comercial brasileira.

O município foi servido, nesse período, pelas empresas de aviação “Nacional Transportes Aéreos”, “Consórcio Real-Aerovias e “Panair do Brasil”. O intercâmbio comercial se intensificava com Salvador e possibilitava expandir relações também com outros estados como Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, além de estreitar o comércio com Juazeiro. Dentre os produtos mais comercializados se destacavam tecidos, calçados, artigos de armarinho e perfumarias, remédios e drogas, além de gêneros alimentícios e demais artigos do comércio varejista.

As indústrias têxteis, as do charque, e as do couro começavam a se desenvolver e, por isso, a necessidade pela instalação de agências bancárias como a do Banco do Brasil, datada de 15 de março de 1943 (IBGE, 1958). Segundo essa mesma fonte a cidade de Barreiras até 1950 contava com um pouco mais 50 logradouros e 1.200 prédios. No que diz respeito à educação, existiam na época, 62 estabelecimentos de Ensino Fundamental, principalmente o primário em escolas públicas e particulares.

Somente com as mudanças que foram desencadeadas com forte interesse do Estado, a partir da segunda metade do século XX, um novo perfil econômico nos Cerrados foi se delineando, depois de longa duração do poder dos “coronéis” e “capitães”, nas vastas terras do sertão, pois: “Até a primeira metade do século XX, a região preserva as mesmas formas de ocupação, com um imenso território ocupado de forma rarefeita, mantendo tênues relações com os espaços regionais baiano e nacional” (SANTOS C.C, 2000, p. 38).

O município mantinha relação ainda desarticulada com a dinâmica existente na cidade de Salvador. Por isso, o desenvolvimento regional, inicia-se com a instalação do DNOCS, ao final da década de 1950 que veio com o objetivo de iniciar a interferência federal em obras de infraestrutura. Apesar do município de Barreiras manter relações econômicas incipientes com a capital, estabelecia-se ainda um isolamento no tocante ao desenvolvimento econômico e social, em comparação com os centros urbanos do litoral e do sudeste brasileiro.

As atividades econômicas desenvolvidas no comércio varejista e na agropecuária desempenhavam um papel com menor intensidade em relação às outras regiões econômicas da Bahia tal como a região cacaueteira. O município dependia, cada vez mais, de fortes investimentos estatais para consolidar uma estrutura capaz de atender às reivindicações locais e regionais em termos de infraestrutura básica.

2º. MOMENTO – O ADVENTO DA MODERNIZAÇÃO

1950 a 1980 - decadência do transporte fluvial, instalação de órgãos federais, construção de rodovias federais e estaduais, investimento agrícola, migração.

O conjunto de mudanças socioespaciais que viveu o Centro-Oeste brasileiro, com expressivos resultados no Oeste Baiano, estava combinado com as reformas

estruturais dos governos federais da época dos presidentes Getúlio Vargas e de Juscelino Kubistchek. Esse último implantou as bases para a integração nacional com a criação de Brasília. Na década de 1970, marco das transformações produtivas no campo, o baixo valor das terras, a destinação governamental de créditos agrícolas e o movimento migratório sulista introduziram formas modernas de produção agrícola.

A participação do Governo Federal permitiu tirar o isolamento que o município vivia em relação aos outros centros urbanos, seja do ponto de vista das rodovias ou dos investimentos em pesquisa científica. Mesmo assim, a pecuária extensiva e a agricultura familiar desenvolvida nos vales ainda representavam as principais fontes econômicas de subsistência e de trocas comerciais com outros municípios do Oeste Baiano.

A economia, até então, estava pautada no poder dos latifundiários, com os coronéis detentores de vastas terras. Quanto ao Cerrado, “inexplorado” pela pecuária, ainda possuía extensas áreas preservadas. Com a chegada do 4º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) em 1969, oriundo de Crateús - CE, deu-se início a construção parcial da BR - 242 para Salvador, que promoveu a interligação do município com outras cidades na Bahia e com o restante do Brasil pelas rodovias federais.

Nesse momento a interligação do Oeste Baiano com Goiás, que já acontecia desde o início do século, intensificou com a construção de Brasília. Tal fato possibilitou que a região se destacasse aos olhos do capital financeiro com vistas à modernização do campo via subsídios agrícolas. Santana (2008) ao analisar a atuação do Estado via políticas de modernização do Oeste Baiano, salienta dois momentos: a ideológica com discurso da modernização e a política de créditos facilitados.

A imagem do Oeste Baiano começa a ser modificada com o mito do progresso que vem substituir o “atraso” da região pois a pecuária e as culturas tradicionais dificilmente promoveriam a desejada modernização. Diante desse quadro iniciou-se com a EMBRAPA e a EBDA os primeiros estudos da viabilidade da soja na região, principalmente por volta de 1975 a 1978.

Ainda pela compreensão de Santana (2008, p. 78) “A modernização caracteriza-se pela busca da ampliação do lucro” cujo capitalismo se materializa na inovação tecnológica a partir de investimentos em novos insumos e novas tecnologias que visem aumentar a produtividade e geração de renda.

A partir dessa conjuntura, a cidade de Barreiras alcançou o status de capital do Oeste Baiano, com a agricultura, o crescimento urbano e demográfico e atualmente conta com 137.832 habitantes segundo IBGE (2010). O baixo preço da terra e a facilidade de financiamento da monocultura ainda são, nos dias atuais, fatores essenciais para compreendermos o impacto gerado pela expansão agrícola, alterando a cultura local, as paisagens e a economia.

A divisão territorial do trabalho reestrutura os papéis dos municípios baianos e impulsiona uma corrida para modificar o oeste da Bahia e a região central do Brasil. Os Gerais, assim como são conhecidas essas vastas terras do Cerrado, até a década de 1950 eram distantes dos grandes centros e sem valor econômico. Porém, outra paisagem foi impressa pela moderna tecnologia no campo com forte incentivo estatal.

O Estado promove a integração nacional iniciada pela urgência de mudanças da imagem brasileira, no exterior, que leva o progresso com investimentos no Oeste Baiano, principalmente Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Esses municípios são reconhecidos na atualidade por uma marcante característica: celeiros de produção agrícola para exportação mesmo que isso seja um discurso pautado na lógica capitalista e que contribui para a consolidação de uma ideologia do progresso e do desenvolvimento econômico.

3º MOMENTO: A INTRODUÇÃO DA SOJA NA CULTURA BARREIRENSE

De 1980 aos dias atuais - houve modernização, crédito agrícola (PRODECER), intensificação da correção do solo (fertilizantes), definição do agronegócio, melhoramento genético de cultivos agrícolas, atuação de empresas transnacionais: Bunge Alimentos e Cargill.

A expansão da monocultura da soja no Cerrado Baiano modificou sensivelmente a paisagem e promoveu outras dinâmicas socioespaciais. Foi de fundamental importância para a reestruturação produtiva do Cerrado o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado), a partir de 1987, em Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia.

C. Santos (2000) considera que Barreiras não abandona seu estilo dinâmico quanto à divisão territorial. Os apelos e campanhas separatistas, comandadas pelos habitantes do sul do Brasil, reestruturam uma nova dinâmica política e econômica no

Oeste Baiano. Nesse sentido e seguindo a mesma linha histórica de emancipação, característica do Brasil-colônia, houve no município de Barreiras desmembramento no ano de 2000, quando ocorreu a emancipação do Distrito de Mimoso d'Oeste, atual município de Luís Eduardo Magalhães. Ambos os municípios lideram a produção de grãos e, por isso, concentram o maior número de atividades econômicas e financeiras do Oeste Baiano.

Nas décadas de 1980 e 1990, um modelo de integração nacional com forte investimento no setor agrícola reestruturou a malha urbana da região do sertão do São Francisco ampliando o poder das empresas transnacionais. A definição de fronteira agrícola interiorana define-se a partir das dificuldades encontradas pelo setor no Centro Sul e na Amazônia.

Tal reestruturação tem demonstrado o potencial do agronegócio nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e São Desidério e um aumento do PIB com as culturas de soja, algodão, café, milho, sorgo, além dos investimentos estrangeiros que fazem dessa região uma das mais rentáveis do mundo.

É nítida a alteração na cobertura do solo na chapada quando observada em dois períodos distintos em imagens de satélite. A imagem é recurso cada vez mais utilizado na análise ambiental e que revela, infelizmente, a expansão progressiva das lavouras em um curto intervalo temporal (vinte quatro anos) e a diminuição da cobertura vegetal do Cerrado e sua biodiversidade.

Ao visitar a região, Haesbaert (2005) elaborou um diagnóstico do que se considera o “novo” nordeste fruto da modernização agrícola, migração sulista e reestruturação do território. Sua impressão sobre o uso do solo é significativa quando chega à conclusão de que definiu-se um modelo ou padrão sócio-espacial em campos de cultivo.

O império da regularidade geométrica, como esse autor muito bem destaca, dita um padrão socioespacial que pode ser encontrado em outras regiões agrícolas do mundo. Os vales do Oeste Baiano onde habitam as populações tradicionais e as vertentes das chapadas desgastadas pela erosão são as exceções no padrão geométrico das planuras do Cerrado ocupadas pela soja.

Foi possível com essa revolução no campo diversificar culturas agrícolas, tais como: a soja, a cana, o algodão, o café, o trigo, o sorgo, o milho e as frutas responsáveis

por caracterizar uma nova região econômica na Bahia. Evidentemente, com essa dinâmica socioespacial, elevam-se a densidade demográfica, a migração campo-cidade, a formação de periferias urbanas e a precarização do trabalho rural e urbano.

O setor terciário tem atraído boa parte dessa população economicamente ativa visto que o comércio barreirense cria oportunidades para muitos jovens. Mesmo assim, a especialização em determinados setores da economia, tais como teleinformática e engenharia de produção, são carentes de mão de obra especializada. A educação, por sua vez, tem gerado profissionais para o mercado no que diz respeito à formação de professores.

No interior do perfil econômico dos municípios baianos é latente a participação da agroindústria barreirense como setor indispensável ao crescimento da economia do estado. Está consolidada, portanto, uma plataforma de exportação que, mesmo com elevadas produtividades e lucratividades, ainda necessita, segundo os empresários do setor, de investimentos em ferrovias, aeroportos e portos secos.

Dall'acqua (2007) no período atual, entende que a descentralização produtiva e os territórios mais ativos são aqueles aptos aos produtos exigidos pelo mercado mundial. Dadas essas condições, forma-se uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas, até então periféricas, e onde cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. Nesse contexto, as regiões podem perder o comando daquilo que nelas acontece, pela pressão global sobre as populações locais.

Na Bacia Hidrográfica do rio de Ondas, outras análises espaço-temporais revelam sintomas da intensa exploração do solo e do conjunto da paisagem natural. Esses sintomas estão expressos na captação de água para agricultura, na construção de barragens e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), no assoreamento dos principais cursos d'água, como também na poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas.

Os pesquisadores Santos e Epiphânio (2009) concluíram que houve no município de Luís Eduardo Magalhães (LEM) certa estabilidade na expansão de novas áreas devido ao maior uso de modernas técnicas agrícolas, do que preocupação com as áreas de proteção ambiental.

Para Leff (2006) a racionalidade econômica pressupõe a acumulação de capital e eficácia entre meios e fins. Ao contrário, a racionalidade ambiental se caracteriza pela crítica a esse modelo de civilização.

De fato, a racionalidade econômica produz conseqüências e uma delas encontra-se na relação campo-cidade, como nos lembra Elias e Pequeno (2006), na qual a reestruturação agropecuária brasileira advinda da revolução tecnológica invade o campo, porém processa-se de forma socialmente excludente. E isso quer dizer que as bases da estrutura anterior não foram modificadas, pois mantêm-se intocadas sejam elas sociais, territoriais ou políticas.

O fato é que uma nova rede urbana foi criada e o campo com a moderna mecanização se conecta cada vez mais ao mercado internacional, obtendo ganhos consideráveis nas vendas dos produtos do agronegócio concretizados nas feiras agropecuárias da região.

Cada vez mais novos equipamentos e possantes implementos agrícolas são introduzidos nas fazendas muitos deles de empresas sediadas fora do país, mas com escritórios na região, é o caso da John Deere, da Cargill e da Bunge Alimentos.

A atuação tanto em nível global quanto em escalas inferiores dessas empresas demonstra que os lugares são disputados a partir da infraestrutura e logística concedida, inclusive pelo estado. Contribui ainda para essa conjuntura a fraca atuação ou ausência de sindicatos que interfiram nas relações de trabalho. Sobre essa problemática salienta Santos e Silveira (2008) que:

“Considerando, assim tal processo, a existência das empresas sobre um dado território, acaba por ser algo que, ao mesmo tempo, é resultado e causa de uma disputa por posições hierárquicas, cabendo às empresas mais poderosas a preferência pelos lugares mais rentáveis, enquanto as demais devem ser relegadas a posições menos produtivas. Vale a pena, todavia, considerar que as exigências de produtividade espacial não são as mesmas para diversos produtos, de tal maneira que um lugar pode ser ótimo para o produto A e apenas bom, regular ou mesmo ruim para os produtos B, C ou D.” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 297).

O peso do agronegócio no município de Barreiras decorre mais do fato da articulação entre multinacionais que vêm facilidades legais para sua atuação e menos da promoção de um planejamento estatal que assegure melhores condições sociais, econômicas e ambientais ao município e a sua população.

Determinadas lojas, presentes em Barreiras, refletem o crescimento econômico que alcançou o município, embora isso não tenha ainda produzido melhorias sociais

para a maioria da população barreirense. As concessionárias de automóveis 4x4 simbolizam o poder aquisitivo conseguido a partir da acumulação de capital nas mãos de uma classe minoritária do agronegócio. A paisagem dominante, nesse sentido, é capaz de maquiagem um modelo de vida igual para todos, mas no fundo a realidade encontrada é excludente e contraditória.

Mesmo assim, a posição conquistada pelo município de Barreiras o levou a um posto econômico importante como afirma Dallacqua (2007, p.61): “Barreiras é conhecida como a capital da soja dos anos 80 e principal centro urbano dos Cerrados baianos”. Com essa constatação o município diversificou a base agroindustrial e ampliou sua ação para outros estados tais como Goiás e Tocantins.

Em investigação sobre a situação ambiental e social no campo e nas cidades, Alves (2006) analisa efeitos negativos dessas mudanças, ao estudar os Cerrados nordestinos. Esse autor associa a urbanização acelerada em Barreiras ao processo de expulsão da população rural das áreas vizinhas. Em seu trabalho reconhece que há duas formas de reprodução no campo: a da agricultura moderna e a da agricultura camponesa. Essa condição provoca consequências negativas como o desmatamento e o desaparecimento de nascentes.

O capitalismo moderno com a sua inserção na agricultura baiana modificou a paisagem e o território e estabeleceu um conceito diferenciado de Biodiversidade. Para o mercado, a ideia de melhoramento genético dos cultivos, correção dos solos e variedade de sementes são investimentos em uma biodiversidade produtivista que assegure e garanta os lucros desejados. O dinheiro passa a ser uma “informação indispensável”, como sutilmente Mondardo (2010, p. 261) pontua.

Atualmente, o Domínio dos Cerrados vem sendo concebido como uma região economicamente produtiva e rentável, diferente do tratamento dado há quarenta anos. Tanto que as unidades de conservação no Cerrado baiano são raras e a atuação de órgãos ambientais é deficiente. Não pelo fato da omissão, quanto aos problemas de desmatamento e captação de água irregular mas, sobretudo pela conjuntura econômica que vive o país, dependente da balança comercial brasileira para alavancar a sua economia em detrimento da questão ambiental e cultural.

Essa fase representa, na verdade, uma paisagem da cultura dominante formada por empresários, estado, latifundiários, grileiros, políticos que detém o controle dos

meios de vida: terra, matéria-prima e força de trabalho. Aceita-se essa imagem como a pura realidade sem que possa ser criticada para modificar as relações desiguais vigentes. Essa ideologia dominante fortemente marcada pela concentração de renda tem sido a característica maior das cidades do agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do Cerrado Baiano esteve ligada eminentemente aos fatores de ordem política e econômica para ocupar o vazio demográfico do Brasil Central. Entretanto, a densidade demográfica das médias cidades como Barreiras, desencadeou um padrão de vida urbano clássico que reflete, negativamente, na qualidade de vida de seus habitantes e na supressão dos ambientes naturais.

Em relação aos períodos históricos elencados, as atividades agropecuárias de 1891 a 1950 são consideradas de baixo impacto visto que no contexto da ocupação humana e da tecnologia incipiente as paisagens pouco foram modificadas. As lavouras de feijão, mandioca, milho eram de vital importância para a subsistência da população juntamente com a pecuária extensiva.

A região participou da economia baiana de forma muito tímida até o início do século XX com a pecuária extensiva, agricultura mercantil simples, praticada principalmente nos vales, e extrativismo para exportação no caso a extração do látex da mangabeira. A pesca desenvolvida no rio Grande abastecia o comércio local e supria as necessidades básicas das famílias dos povoados adjacentes.

De 1950 a 1980 registrado anteriormente, a intervenção federal com obras de infraestrutura promoveu impactos importantes sobre as paisagens naturais. Os relatórios do DNOCS, EMBRAPA e CODEVASF produziram conhecimento sobre as vastas paisagens do Cerrado. Implantou-se inicialmente toda uma base teórica para justificar ao final da década de 1980 os experimentos em variedades de soja. O platô das chapadas absorveu os primeiros estudos já que o relevo plano favoreceu a monocultura.

Na atualidade, com o advento da globalização dos lugares e da corrida por mercados e materiais, o Oeste Baiano se configura como o principal destino para novos investimentos estrangeiros e chega-se a um nível alto de modificação das paisagens do município de Barreiras. A indústria automobilística com suas concessionárias, as beneficiadoras de minérios e as empresas de energia são, nesse início de século,

responsáveis pela mudança da paisagem ou das paisagens para satisfazerem o mercado globalizado. A paisagem, dessa forma, expressa uma vida carregada de significados para serem lidos e interpretados sob diferentes ângulos. Assimila, assim, todos os símbolos culturais, econômicos, políticos e sociais, diante de uma avassaladora velocidade da informação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Lemos Eudes. **Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses**: Formação territorial no império do agronegócio. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2006. 289 p.

ALMEIDA, Ignez Pitta de. **Barreiras, uma História de Sucesso**. Documentos Barreirenses - Coleção do Professor - Volume I, Barreiras: Cangraf, 2005.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Região da estrada do boi**: Usos e abusos da natureza. Dissertação (Mestrado em História), Goiânia: UFG, 1989.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território Indiferenciado dos Sertões: A Geografia Pretérita do oeste baiano (1501-1827), **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29, n.1, jan/jun de 2009.

CARDOSO, Evanildo Santos. **Viver entre Margens**: A Persistência na Paisagem e no Lugar dos Beiradeiros do rio de Ondas – Barreiras – BA. Tese (Doutorado em Geografia), Goiânia: UFG, 2012.254 f.

DALL'ACQUA, Clarisse. T. Borges. **Planejamento Territorial do Desenvolvimento**: ação técnica e ação política - uma prática piloto na região de Barreiras. Tese (Doutorado em Geografia), São Paulo: USP, 2007, 183 p.

ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato. **Agronegócio e desigualdades**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. 483 p.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 470 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>; acesso em: 15.05.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, XX volume, 1958.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental** - a reapropriação social da natureza. tradução Luís Carlos Cabral, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Da migração sulista ao novo arranjo territorial no Oeste Baiano: “Territorialização” do capital no campo e paradoxos na configuração da cidade do agronegócio**. Campo - Território, Rio de Janeiro, v.5, n.10, ago/ 2010, p. 259-287.

SANTANA, José Marcondes de. **O Estado e a Organização Espacial do Oeste Baiano**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Goiânia: UFG, 2008, 114 f.

SANTOS, Pablo Santana; EPIPHANIO, José Carlos Neves. Avaliação histórica da expansão agrícola sobre o Cerrado no município de Luís Eduardo Magalhães, Bahia. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Natal: INPE, 25-30 abril de 2009. p. 6181-6188.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil - Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do Cerrado a partir da década de 80**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Salvador: UFBA. 2000.

SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no oeste baiano**. Recife: SUDENE, 1989.